A TAMPEP foi fundada em 1993 para responder às necessidades das trabalhadoras do sexo na Europa. Desde aí, tem vindo a observar os padrões e as mudanças na indústria do sexo em 28 países, defendendo o acesso igualitário aos serviços de apoio por parte dos/as trabalhadores/as do sexo migrantes e procurando dar uma voz a esta população.

Nos últimos 20 anos, a TAMPEP tem vindo a documentar as violações dos direitos humanos das/os trabalhadores/as do sexo e a realçar os problemas que afetam esta população por toda a Europa.

A TAMPEP reafirma aqui a sua posição e defende uma nova forma de encarar o apoio que deve ser dado aos/às trabalhadores/as do sexo na Europa, devido às medidas antiprostituição e à crescente xenofobia.

Este é um momento importante para a defesa dos/as trabalhadores/as do sexo e contamos com o apoio da sociedade civil e de parceiros estratégicos.

Queremos uma Europa livre do estigma e da discriminação!

TAMPEP INTERNATIONAL FOUNDATION

Documento informativo | Julho 2015

Posição da TAMPEP* relativa à presente situação dos/as trabalhadores/as do sexo nacionais ou migrantes na Europa

As leis e políticas nacionais desempenham um papel importante no combate à violência, na redução da vulnerabilidade e no acesso universal dos/as trabalhadores/as do sexo aos direitos de trabalho e à justiça. A descriminalização do trabalho sexual traduz-se em melhores condição de trabalho e dessa forma, os/as trabalhadores/as do sexo serão capazes de lutar contra a violência e defender os seus direitos.

Esta posição política é apoiada por várias agências da ONU (Fundo nas Nações Unidas para a População [UNFPA], Programa Conjunto das Nações Unidas sobre o VIH/Sida [UNAIDS] e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento [UNDP]; por organizações que lutam pelos Direitos Humanos, como o Observatório dos Direitos Humanos[1] e a Amnistia Internacional, que têm vindo a avaliar várias propostas para a descriminalização do trabalho sexual[2]; por organizações antitráfico (GAATW[3] e La Strada International[4]); por fóruns feministas (AWID) e por financiadores, como a Open Society Foundations, Mama Cash e Red Umbrella Fund.

Se todas as exigências dos/as trabalhadores/as do sexo se resumissem a uma só palavra, essa palavra seria **descriminalização**. Alguns governos progressistas da Nova Zelândia e de Nova Gales do Sul (Austrália) adotaram um modelo de descriminalização para melhorar a situação dos/as trabalhadores/as do sexo. Recentemente, o governo Neozelandês e a *New Zealand Prostitutes Collective* avaliaram positivamente este modelo[5]. **Os resultados desta avaliação demonstram uma redução na vulnerabilidade dos/as trabalhadores/as do sexo e uma melhoria no acesso aos seus direitos.**

Descriminalização significa a eliminação de todas as leis e normas punitivas no que diz respeito ao trabalho sexual, uma forma de

* Rede europeia para a prevenção do VIH/Sida e Promoção da Saúde dos TS Migrantes

[1] Disponível em: http://www.hrw.org/reports/2012/07/19/sex-workers-risk;

[2] Votada a 11 de Agosto de 2015. Disponível em: https://www.amnesty.se/upload/files/2014/04/02/Summary%20of%20proposed%20policy%20on%20sex%20work.pdf.

[3] Disponível em: http://www.gaatw.org/resources/statements/754-gaatw-is-statement-on-attack-on-un-research-calling-for-the-decriminalisation-of-sex-work e http://www.gaatw.org/statements/GAATWStatement_05.2013.pdf

[4] http://lastradainternational.org/

[5] Disponível em: http://www.parliament.nz/en-nz/parl-support/research-papers/00PLSocRP12051/prostitution-law-reform-in-new-zealand.

garantir que os governos defendem os direitos dos/as trabalhadores/as do sexo. A descriminalização deve também contemplar terceiros que operem na indústria do sexo e garantir que os/as trabalhadores/as do sexo podem trabalhar independentemente ou cooperativamente. **A autodeterminação e a autonomia dos/as trabalhadores/as do sexo são fundamentais para perceber o modelo de descriminalização.**

Os/as trabalhadores/as do sexo e os seus apoiantes defendem a **descriminalização total** através de um sistema legal que elimine as barreiras que aumentam a vulnerabilidade dos/as trabalhadores/as do sexo - em termos de violência e tráfico humano – e que lhes permita usufruir dos seus direitos. O princípio que suporta esta abordagem é o facto de que, para se combater a vulnerabilidade no seio da indústria do sexo, os governos necessitam de garantir a proteção dos direitos dos/as trabalhadores/as do sexo, independentemente da sua nacionalidade ou estatuto legal. Os direitos que devem ser assegurados são o **direito à vida, aos cuidados de saúde, à migração, ao trabalho, à privacidade, à livre associação e à igualdade perante a lei. Os/as trabalhadores/as do sexo não devem ser vítimas de práticas de tráfico ou escravidão.**

Estigma e Migração

Apesar dos apelos a favor da descriminalização, as leis e as políticas que regulam o trabalho sexual nos países Europeus foram-se tornando mais opressivas e punitivas. A TAMPEP apresentou, em várias publicações, o impacto negativo destas leis e normas na vida dos/as trabalhadores/as do sexo.

O trabalho sexual é raramente reconhecido como trabalho pelos governos nacionais e pela sociedade em geral e a principal razão para tal é o estigma[6]. Na verdade, os decisores políticos têm vindo a desenvolver e a implementar medidas que reprimem os direitos e dignidade dos/as trabalhadores/as do sexo, ao invés de apoiarem a sua autodeterminação e autonomia e melhorarem as suas condições de vida e trabalho.

Existem ligações claras entre este modelo repressivo e o atual debate sobre tráfico. Os grupos antiprostituição utilizam a retórica antitráfico para pôr fim à prostituição. O lóbi anti-imigração recorre a um discurso antitráfico para aumentar as restrições à imigração[7].

A voz dos/as trabalhadores/as do sexo é ignorada ou mal interpretada pelos decisores políticos e os *media*. Neste contexto de invisibilidade e isolamento, os/as trabalhadores/as do sexo migrantes são afetados por medidas repressivas e uma crescente xenofobia.

A criminalização do trabalho sexual, dos/as trabalhadores/as do sexo e dos seus clientes é geralmente acompanhada por leis anti-imigração, destinadas a prender e deportar migrantes ilegais. Como consequência, os/as trabalhadores/as de sexo são forçados a trabalhar na clandestinidade, para evitarem ser perseguidos e deportados. Esta tendência aumenta a vulnerabilidade dos/as trabalhadores/as do sexo ao tráfico humano e reduz o seu acesso a serviços de saúde, bem como à justiça e aos seus direitos.

Tendências específicas da UE

Uma tendência registada e destacada em vários relatórios da TAMPEP é o aumento da migração e mobilidade no seio dos/as trabalhadores/as do sexo, nomeadamente na Europa[8]. Esta é uma consequência direta da globalização, mas também o resultado de fatores históricos e socioeconómicos e o alargamento da UE.

A migração é um aspeto fundamental para a análise do trabalho sexual na Europa. A maioria dos/as trabalhadores/as do sexo na região são migrantes e tanto a migração como a mobilidade são fenómenos amplamente observados no seio da União Europeia.

O racismo e a xenofobia são alguns dos obstáculos a estes fenómenos por toda a Europa. Os/as trabalhadores/as de sexo irregulares são bastante vulneráveis às ações das forças polícias e são vítimas de níveis elevados de violência e abusos.

Este cenário é agravado pela crise económica que afeta a UE e o resto do mundo desde 2008

[6] Sujata Gothoskar, Apoorva Kaiwar (2014)
[7] Documento da NSWP sobre Tráfico: http://www.nswp.org/sites/nswp.org/files/SW%20is%20Not%20Trafficking.pdf

[8] Consulte o mais recente mapeamento Europeu da TAMPEP: http://tampep.eu/documents/TAMPEP%202009%20European%20Mapping%20Report.pdf

e pelas medidas antiterrorismo dos governos, baseadas em leis de segurança nacional e de segurança pública.

O Crescente Conservadorismo

A TAMPEP tem vindo a observar um crescente conservadorismo político e social, que afeta os direitos humanos e as liberdades civis dos grupos mais vulneráveis.

Algumas das iniciativas conservadoras em relação ao trabalho sexual, consumo de drogas e migração são baseadas na ignorância e abordagens baseadas na faceta legal dos direitos humanos.

As políticas socioeconómicas, e as crescentes desigualdades, levam à exclusão e discriminação social de trabalhadores/as do sexo, especialmente os/as mais vulneráveis (migrantes, transgéneros, utilizadores de drogas, etc.).

Tráfico vs. Trabalho Sexual

De forma a combater as violações e abusos no seio da indústria do sexo, os estados membro da UE têm vindo a desenvolver ferramentas antitráfico para combater a prostituição e a imigração, ao invés de criarem ambientes seguros e garantirem boas condições de trabalho para os/as trabalhadores/as do sexo.

O desmantelamento da indústria do sexo afeta a vida e trabalho dos/as trabalhadores/as do sexo e transporta-os para a ilegalidade e isolamento. Ao mesmo tempo, as vítimas do tráfico humano raramente são encontradas. E quando o são, as suas necessidades raramente são respondidas de forma eficaz. Os decisores políticos confundem trabalho sexual com tráfico humano, levando a políticas ineficazes e ao total desrespeito pelas necessidades dos/as trabalhadores/as do sexo que não são vítimas de tráfico.

Uma das cinco prioridades da UE em relação a este assunto é a prevenção do tráfico de seres humanos[9]. A maioria dos decisores políticos entende prevenção como o fim da procura e oferta de serviços. De um modo geral, acredita-se que o fim da procura de serviços sexuais irá acabar com o tráfico humano.

Apesar dos objetivos do plano estratégico da UE serem baseados numa interpretação mais ampla da procura, as leis e políticas que criminalizam os clientes demonstram que estes objetivos são raramente cumpridos na indústria do sexo em geral.

No entanto, e dada a definição abstrata de tráfico, as medidas para travar a procura devem ter em conta todas as razões pelas quais as pessoas são vítimas de tráfico – para trabalharem na construção, na agricultura, no processamento de alimentos, no trabalho doméstico e na prestação de cuidados – e estas devem ser encaradas com uma mente aberta e seriedade. Apesar de existirem elementos que provam que o tráfico e o trabalho forçado são fruto da procura por mão-de-obra barata, desqualificada e facilmente dispensável, aliada a políticas de imigração restritivas e ausência de proteção laboral, as políticas parecem não querer eliminar estas condicionantes.

Entre 2012 e 2015, não foram feitos esforços por parte da UE para alterar as leis de descriminalização, de forma a eliminar o tráfico humano e melhorar a situação dos/as trabalhadores/as do sexo na Europa.

A TAMPEP também registou um aumento no número de iniciativas abolicionistas e de antitráfico financiadas pela UE e outros doadores. No entanto, poucas foram destinadas a grupos organizados por trabalhadores de sexo ou prestadores de serviços com uma abordagem baseada nos direitos humanos.

Abolicionismo e o Modelo Sueco

Grupos femininos abolicionistas, como o Lóbi Europeu das Mulheres e o *Equality Now*, estão cada vez mais fortes e influentes; têm vindo a ser amplamente financiados, devido à crescente discussão e interesse político no tráfico de mulheres para exploração ou prostituição. Feministas abolicionistas e outras organizações apoiam o modelo Sueco, que tem vindo a tornar-se um elemento perigoso na Europa e no mundo.

O Modelo Sueco – um modelo legislativo criado em 1999 – visa reduzir a prostituição e não garantir condições de trabalho seguras aos/às trabalhadores/as do sexo.

[9] The EU Directive 2011/36/EU, on preventing and combating trafficking in human beings and protecting its victims and The EU Strategy towards the Eradication of Trafficking in Human Beings 2012-2016, http://eur-lex.europa.eu/legalcontent/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:52012DC0286&from=EN

Esta iniciativa criminaliza os clientes e assume que todas as pessoas envolvidas no comércio sexual são vítimas.

Por toda a Europa, alguns países introduziram (Noruega, Islândia e Irlanda do Norte) ou tentaram implementar (França e Escócia) medidas legais que criminalizavam o trabalho sexual ou a aquisição de serviços sexuais, independentemente dos impactos negativos que a criminalização tem na Europa[10].

A TAMPEP apela à criação de uma resposta contra as abordagens (neo-) abolicionistas. O modelo Sueco é altamente controverso e tem um impacto negativo na vida dos/as trabalhadores/as do sexo nacionais e migrantes, pois criminaliza os seus clientes e marginaliza a indústria do sexo. Este modelo ideológico é perigosamente promovido como uma boa prática.

Os/as trabalhadores/as do sexo Suecos afirmam que a criminalização levou a um período de negociação mais curto, em termos de condições ou locais de trabalho mais seguros. Os/as trabalhadores/as do sexo em contextos interiores já não podem pedir informações sobre o cliente (nome ou número de telefone) e não têm tempo para negociar os serviços, o que pode afetar a sua segurança.

Os/as trabalhadores/as que o fazem no exterior são os/as mais afetados/as e são obrigados/as a trabalhar na periferia das cidades, em zonas menos vigiadas ou acessíveis, onde a policia não pode atuar. Estão também mais distantes dos serviços de proximidade.

O Modelo Sueco é baseado em ideologias, não em provas concretas. Quando os clientes são criminalizados, a prostituição torna-se obrigatoriamente clandestina.

Segundo os defensores dos/as trabalhadores/as do sexo, a criminalização do cliente prejudica a autodeterminação dos/as trabalhadores/as do sexo, leva-os a trabalhar clandestinamente e aumenta o estigma e a descriminalização que já de si marginaliza esta população.

Além disso, o Modelo Sueco e as medidas antitráfico/prostituição colocaram os modelos legislativos Holandês e Alemão sob escrutínio.

Apesar de existirem alguns problemas na legislação Holandesa e Alemã, a abordagem regulamentar não retira a legitimidade ao trabalho sexual ou tenta aboli-lo, como o Modelo Sueco.

As campanhas abolicionistas[11] e o lóbi político têm despertado a atenção dos *media* e a obter algum apoio político, apesar das provas que demonstram que a criminalização de clientes ou de trabalhadores/as do sexo apenas aumenta a sua vulnerabilidade, ao invés de eliminar a violência e abuso no seio da indústria.

Os defensores da criminalização dos clientes/trabalho sexual em geral estão dispostos a ignorar as visões e opiniões daqueles que são mais afetados - os/as trabalhadores/as do sexo – sob o pretexto de estarem a proteger as mulheres.

Os/as trabalhadores/as do sexo não são convidados a estar presentes em conferências onde se discutem as políticas de criminalização. Os/as abolicionistas Europeus rejeitam o termo "trabalho sexual", bem como a ideia de este se tratar de uma atividade laboral. Continuam também a ignorar as vozes daqueles que trabalham nesse ramo.

Em 2014, 560 ONGs e 94 investigadores exigiram que que os membros do Parlamento Europeu rejeitassem o Relatório *Honeyball* (e também a proposta de resolução sobre a exploração e a prostituição e o seu impacto na igualdade de género), que promovia a criminalização dos clientes.[12] Esta resolução, que seria eventualmente adotada (apesar de modificada) implica a redução da procura e a criminalização da aquisição de serviços sexuais. É vista como uma ameaça aos/às trabalhadores/as do sexo na Europa e representa a derrota da defesa dos direitos humanos, das políticas baseadas em provas científicas e da hipótese de existir um debate político digno.

Policiamento e Repressão

Os/as trabalhadores/as do sexo na Europa costumam ser detidos/as na rua, nos bordéis, nos parques ou outros locais de trabalho. No entanto, os/as que trabalham no exterior são os mais

[10] http://www.nswp.org/sites/nswp.org/files/Criminalisation%20of%20Clients-c.pdf

[11] "Europe Free from Prostitution" – EWL; Alemanha EMMA

[12] See: http://www.sexworkeurope.org/news/general-news/560-ngos-and-94-researchers-demand-members-european-parliament-reject-ms-honeyball.

visados pelas autoridades. Os/as trabalhadores/as do sexo em contextos de interior são alvos de rusgas e os seus estabelecimentos são encerrados durante as investigações. Estas práticas prejudicam o seu meio de subsistência.

Normalmente, os/as trabalhadores/as do sexo migrantes (especialmente aqueles sem documentos ou irregulares) são os que sofrem o mais elevado nível de violência e abusos por parte das polícia ou agressores que se fazem passar por clientes.

Este fenómeno vem provar que as leis nacionais têm vindo a confundir anti-imigração com políticas antiprostituição, o que favorece a detenção a exportação destes indivíduos (i.e. a deportação de trabalhadores/as do sexo Chineses em Paris [2014] e a tentativa ilegal da Suécia de deportar trabalhadores/as do sexo provenientes de países da UE)[13].

A TAMPEP tem vindo a observar e a denunciar estas violações contra os/as trabalhadores/as do sexo (especialmente migrantes) desde a sua génese, em 1993. A TAMPEP acredita que a melhor maneira de eliminar estas violações é defender os direitos dos/as trabalhadores/as do sexo, implementando ao mesmo tempo uma reforma legislativa e política.

Saúde Pública

Os/as trabalhadores/as do sexo enfrentam várias barreiras no acesso a serviços de prevenção, tratamento e cuidados, devido ao estigma, discriminação e criminalização. **A repressão cada vez maior por parte dos estados e a criminalização do trabalho sexual torna os/as trabalhadores/as do sexo mais vulneráveis ao VIH e IST.** São obrigados/as a trabalhar em espaços clandestinos, reduzindo o seu acesso a medidas de tratamento e prevenção, o que afeta a sua dignidade. Estes problemas são ainda mais visíveis entre os/as trabalhadores/as migrantes, sobretudo os que se encontram em situação irregular, pois evitam recorrer a serviços sociais ou de saúde, receando serem deportados.

Em alguns países Europeus, ainda é obrigatório realizar exames médicos (Hungria e Letónia). Estes procedimentos são uma violação da confidencialidade e privacidade dos/as trabalhadores/as do sexo. **A criminalização da transmissão do VIH** também apresenta vários riscos, pois desencoraja os/as trabalhadores/as a realizarem testes e procurar ajuda médica.

Um número considerável de organizações de saúde que lidam com o VIH, incluindo a OMS e a UNAIDS, alertaram os decisores políticos dos perigos da criminalização dos/as trabalhadores/as do sexo e/ou clientes. Citamos aqui o relatório do **Grupo Consultivo da UNAIDS para a Sida e Trabalho Sexual** de 2011, que acompanhou as Orientações sobre VIH e Trabalho Sexual:

"Os estados devem rejeitar a criminalização do trabalho sexual e outras atividades relacionadas. A descriminalização to trabalho sexual deve remover todas as penas relativas aos processos de compra e venda de atividades sexuais, de gestão de trabalhadores/as de sexo e bordéis e outras atividades relacionadas".

As intervenções conduzidas por trabalhadores/as do sexo são importantes para a melhoria das respostas contra o VIH e as suas vozes devem ser ouvidas. Os/as trabalhadores/as do sexo são os/as principais afetados/as pelos efeitos das leis e práticas que violam os seus direitos e impedem o progresso no tratamento do VIH. Estima-se que as medidas de prevenção do VIH englobam menos de 1/3 de todos os/as trabalhadores/as sexuais na Europa. Os fundos para intervenções focadas no VIH e trabalho sexual têm diminuido, apesar das provas que demonstram o seu impacto a nível de custos/ eficácia.

A TAMPEP continua a destacar as necessidades dos/as trabalhadores/as sexuais em vários fóruns da UE, de forma a garantir que os seus direitos sejam incluídos nos programas de prevenção, tratamento e cuidados associados ao VIH.

Homofobia e Transfobia

Várias leis implementadas em países da Europa Central e de Leste têm vindo a afetar negativamente a vida dos/as trabalhadores/as do sexo, nomeadamente homens e transsexuais. Projetos de lei anti-homossexualidade em países como a Rússia e a Ucrânia aumentam a homofobia e a transfobia no seio da sociedade, levando a uma menor aceitação de indivíduos LGBTI. Ao lidarem com as mais variadas formas de estigmatização e discriminação, estes grupos vêm-se despojados dos seus direitos humanos mais básicos.

[13] http://rt.com/news/sweden-eu-sex-europe-719/

A homofobia na sociedade, as leis contra a homossexualidade e a ausência de proteção legal contra a discriminação impedem o acesso a serviços de saúde e informação por parte dos/as trabalhadores/as do sexo transgéneros ou do sexo masculino.

Comentários da TAMPEP sobre as Políticas de Prostituição na Europa

A TAMPEP receia que as ações contra os/as trabalhadores/as do sexo, especialmente contra migrantes, sejam apoiadas pela forma como trabalho sexual é visto: um problema que envolve criminosos e "escravos sexuais".

Os elementos e leis que afetam negativamente os/as trabalhadores/as do sexo nacionais ou migrantes e a indústria do sexo em geral não são considerados vitais quando se discutem as vulnerabilidades dos/as trabalhadores/as do sexo (especialmente exploração e tráfico).

A TAMPEP acredita que as medidas implementadas pelos estados membro da EU na sua tentativa de combater o tráfico resultam em ações antiprostituição (por exemplo, rusgas policiais) e anti-imigração (controlo fronteiriço mais reforçado). Os/as trabalhadores/as do sexo migrantes, nomeadamente aqueles que não possuem documentos, estão sob ameaça e correm o risco de serem detidos ou deportados. Vários relatórios financiados pela UE têm vindo a demonstrar um aumento nos atos de violência contra membros desta população.[14]

É cada vez mais difícil obter documentos para viajar e trabalhar. Desta forma, os/as trabalhadores/as do sexo dependem cada vez mais de agentes ou corretores. Esta dependência aumenta os custos de uma migração e expoem os indivíduos a situações de fraude, aumentando assim a sua vulnerabilidade à exploração.[15]

The Global Network of Sex Work Projects

Esta abordagem, que tem influenciado as políticas da UE, tende a ocultar a relação entre políticas de migração e "tráfico" e entre políticas de prostituição e trabalho forçado.[16]

É necessário que os decisores políticos saibam a diferença entre trabalho sexual e tráfico, em termos legais e práticos. Apesar do impacto negativo das medidas antitráfico na vida dos/as trabalhadores/as do sexo não serem importantes para alguns deputados, a falta de eficácia para travar este problema e o respeito pelos direitos das vítimas devem ser os pontos fundamentais na discussão deste tema.

Esta confusão entre trabalho sexual e tráfico atingiu proporções exageradas no debate político e nos *media*. A TAMPEP promove a visibilidade dos/as trabalhadores/as do sexo, de modo a desmistificar as teorias da vitimização e a chamar a atenção para a situação dos/ as trabalhadores/as do sexo na Europa. A TAMPEP acredita que os/as trabalhadores/as do sexo podem ser aliados importantes na luta contra o tráfico (por exemplo, ao sinalizarem vítimas), se não estivessem constantemente a ser descriminados.

A posição da TAMPEP

A identificação e a apresentação das violações aos direitos humanos dos/as trabalhadores/as do sexo não têm sido suficientes para impedir que a indústria do sexo e seus trabalhadores sejam vistos de forma conservadora.

De forma a combater as leis abusivas e as políticas repressivas, várias redes feministas e de migrantes, bem como parceiros políticos, aliados e outros intervenientes, têm vindo a fazer apelos para a criação de medidas de apoio aos/ às trabalhadores/as do sexo por parte da sociedade civil, de forma a reconhecer e proteger os seus direitos e reformular essas leis e políticas.

Reafirmamos aqui o nosso compromisso em lutar contra a criminalização do trabalho sexual e o modelo Sueco. Convidamos os nossos parceiros e aliados espalhados pela Europa a juntarem-se a nós, de forma a garantir que todos os/as trabalhadores/as sexuais Europeus usufruam dos seus direitos.

[14] http://www.indoors-project.eu
[15] http://www.nswp.org/resource/sex-work-not-trafficking

[16] http://tampep.eu/documents/positionpaper_migrationsexworkers_en.pdf and http://tampep.eu/documents/positionpaper_traffickingin women.pdf